

TRABALHO, MIGRAÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL NA COSTURA: TRABALHADORAS BOLIVIANAS EM SÃO PAULO

*LABOUR, MIGRATION AND SOCIAL REPRODUCTION IN SEWING:
BOLIVIAN WOMEN WORKERS IN SÃO PAULO*

Patrícia Rocha Lemos¹

RESUMO

Este artigo busca discutir como a dinâmica da produção para o capital e a realidade de produção e reprodução da força de trabalho migrante estruturam as condições de trabalho de extrema precariedade a que a população migrante está submetida e, ao mesmo tempo, constituem barreiras à sua superação, a partir da experiência de mulheres de origem boliviana, trabalhadoras da costura em São Paulo. A análise se apoia nas entrevistas e rodas de conversa realizadas no âmbito da pesquisa “Regime de trabalho na Rede de Produção de confecção em São Paulo: migração laboral e trabalho análogo a escravo”, realizada entre 2021 e o início de 2023. Os achados da investigação evidenciam as opressões de raça e gênero como constitutivas da dinâmica de organização desse setor, baseada na redução sistemática e profunda dos custos de reprodução social da força de trabalho imigrante. Com isso, corrobora as teses de que os trabalhos escravos contemporâneos, bem como o trabalho precário e informal, estão no cerne da acumulação de capital e em sintonia com as tendências globais de flexibilização e precarização do trabalho.

Palavras-chave: Trabalho migrante, Reprodução social; Indústria da confecção.

ABSTRACT

The paper discusses how the dynamics of production for capital and the reality of production and reproduction of the migrant workforce structure the extremely precarious working conditions to which this population is subjected and, at the same time, constitute barriers to overcoming them. The analysis is based on the results of post-doctoral research carried out between 2021 and early 2023. Based mainly on the experience of Bolivian women sewing workers in São Paulo, the article highlights the oppressions of race and gender as constitutive of the dynamics of this industry based on the systematic and profound cost reduction of immigrant workforce social reproduction. This corroborates the thesis that contemporary slave labour, as well as precarious and informal work, is located at the heart of capital accumulation and in line with global trends towards the flexibilization and labour precariousness.

Keywords: Migrant work, Social reproduction, Clothing industry.

¹ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é pós-doutoranda do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT), do Instituto de Economia da Unicamp.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho na costura em São Paulo, com forte presença da migração latino-americana e particularmente boliviana, é conhecido por se estruturar a partir do trabalho escravo contemporâneo urbano de migrantes internacionais indocumentados. A força de trabalho migrante submetida a condições de exploração desumanas é parte fundamental da dinâmica produtiva desse segmento econômico não apenas no Brasil, mas no conjunto das cadeias globais dirigidas por grandes compradores (Gereffi; Korzeniewicz, 1994), cujo símbolo, na indústria da moda, são as *sweatshops* (Anner, 2020; Mezzadri, 2017; Rosen, 2002; Taplin, 2014).

No caso dos/as migrantes bolivianos/as, trata-se de um fluxo de pelo menos quatro décadas que se perpetua na indústria da confecção. Inúmeras pesquisas analisam a existência de tráfico de pessoas e evidenciam as condições e as relações em que estão inseridos/as esses/as trabalhadores/as nas oficinas de costura no Brasil, não apenas oriundas da Bolívia, mas também do Paraguai e do Peru (Freitas, 2009; Côrtes, 2013; Souchaud, 2012; Silva, 2011). Ainda que outros fluxos migratórios tenham ganhado maior visibilidade nos últimos anos, com destaque para o número crescente de pessoas haitianas e venezuelanas, a presença do trabalho de migrantes internacionais, sobretudo de origem boliviana, no cerne da produção da indústria da confecção, no Brasil, permanece significativa, com um fluxo que se mantém constante, inclusive passando por processos de interiorização e dispersão por diferentes cidades e regiões do país (Côrtes, 2013; Ribeiro, 2021).

São de conhecimento público as degradantes condições de trabalho no segmento, que ganharam visibilidade nas últimas décadas depois de noticiadas fiscalizações que encontraram trabalho análogo à escravidão na cadeia de grandes varejistas, como C&A, Zara etc. Contudo, com foco nas condições de trabalho ou nos percursos migratórios, pouco se discute sobre a particularidade do trabalho migrante na costura, considerando a dinâmica de reprodução desta força de trabalho. Entendemos que esse aspecto é fundamental para a compreensão das perspectivas e das possibilidades concretas de migrantes internacionais acessarem outras formas de inserção no mercado de trabalho, para além daquelas que podem ser evidentemente tipificadas como “trabalho análogo ao escravo” em circunstâncias de pós-resgate ou após superarem a condição de exploração da chegada no país. Nesse sentido, este artigo discute como o modo particular de produção e reprodução dessa força de trabalho estrutura as condições de trabalho a que essa mesma população está submetida e constitui barreiras à sua superação.

A análise se apoia nos resultados da pesquisa de pós-doutorado, que parte de um projeto coletivo do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit) apoiado pelo Ministério Público do Trabalho² e que resultam de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Apesar das limitações da pandemia de covid-19, no período de janeiro de 2021 a março de 2023, foram realizados encontros de discussão com procuradores/as do trabalho envolvidos no projeto e entrevistas semiestruturadas individuais também com procuradoras e representantes de organizações que apoiam esses/as trabalhadores/as, com destaque para o Centro de Apoio Pastoral do Migrante (Cami) e para a Associação de Mulheres Imigrantes Luz e Vida (Amilv). Também foram realizadas três rodas de conversa, em agosto de 2022, com a participação de um total de 32 integrantes da Amilv, representantes dos diferentes bairros em que atua a associação, e orientadas por questões que envolviam discutir: os principais problemas enfrentados no trabalho; o que entendiam que poderiam ser soluções para esses problemas; as contribuições da Associação; e o que cada uma almejava para o futuro. Os registros dessas rodas de conversa,

² A pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética em março de 2022 (Número do CAAE: 53196321.7.0000.8142). Uma primeira versão do artigo foi apresentada e discutida na XVI Reunião Científica GPTEC, que ocorreu na Universidade de Brasília, de 7 a 9 de novembro de 2023.

assim como das entrevistas realizadas com as lideranças das organizações mencionadas, foram fundamentais para construir a caracterização das mudanças e das permanências no setor que são apresentadas neste artigo, algumas já mencionadas em estudos anteriores. Contudo, para este artigo, exploramos principalmente as informações obtidas por meio de questionário em que entrevistamos 36 imigrantes que participavam das atividades e reuniões dessas duas organizações, Cami e Amilv³.

Este artigo se organiza em três partes principais. Na primeira, situo brevemente os pressupostos da pesquisa e a perspectiva teórica que orienta a pergunta e o problema de pesquisa. Na segunda, analiso algumas das características e tendências atuais que considero mais importantes na organização do trabalho da costura em São Paulo, com ênfase na “interiorização” e “periferização” da produção e sua crescente reorganização em oficinas familiares de trabalho supostamente autônomo. Por fim, discuto os nexos entre formas de opressão que estão na base da produção dessa força de trabalho e a sua exploração. Com isso, pretendo evidenciar como as opressões de raça e gênero são constitutivas da dinâmica de organização desse setor econômico a partir da exploração do trabalho migrante baseada na redução sistemática e profunda dos custos de reprodução social dessa mesma força de trabalho. Desse modo, pretendo reforçar as teses já muito conhecidas de que o trabalho escravo contemporâneo, assim como o trabalho precário e o informal, não é um fenômeno acidental ou marginal, mas, ao contrário, localiza-se no cerne da acumulação de capital e em sintonia com as tendências globais de flexibilização e precarização do trabalho.

2. A FORÇA DE TRABALHO MIGRANTE NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

A intensificação da presença do trabalho imigrante nas oficinas de costura na confecção em São Paulo está relacionada à imbricação de pelo menos três processos em curso a partir do fim dos anos 1970 e que, impulsionados pela mundialização do capital, vão se desenvolver de forma singular em determinados territórios. Esses processos são: (1) a reestruturação da organização produtiva para modelos crescentemente flexíveis com o deslocamento e a dispersão da produção intensiva em trabalho para os países periféricos, sob forte controle dos capitais concentrados nas grandes transnacionais; (2) a transformação da dinâmica das migrações internacionais, em que a mobilidade das pessoas é mais fluida e impulsionada pela combinação entre a situação desfavorável nos países de origem e a crescente demanda por essa força de trabalho, promovida pelo neoliberalismo e pelo processo de reestruturação produtiva; e (3) um maior alinhamento das políticas migratórias globais no sentido de aprofundar e ressignificar a lógica e os discursos racistas e criminalizadores da imigração, o que serve ao reforço e à legitimação da discriminação e da negação de direitos, que tornam muito barata essa força de trabalho e dificultam a sua organização coletiva.

Como já discutido vastamente pela bibliografia das cadeias globais de valor ou das redes globais de produção e em publicações anteriores (Lemos, 2019; Lemos, Castro, 2022), a partir dos anos 1970, no processo de internacionalização, externalização e dispersão da produção, são reforçadas características históricas da indústria do vestuário, marcada pelo trabalho intensivo e precário e pela habilidade de rápido deslocamento. Nesse sentido, a cadeia do complexo têxtil-vestuário é paradigmática do movimento de transformação da produção

³ Diferente das entrevistas individuais com as lideranças (que foram também parte importante da pesquisa, mas não são o foco deste artigo), as rodas de conversa e os relatos que acompanharam a resposta aos questionários não foram gravados e transcritos, mas contaram com o registro direto da pesquisadora em caderno de campo.

que está no cerne do processo de acumulação do capital e sustentada nas formas mais precárias e degradantes de trabalho. Ao destacar isso, temos como objetivo chamar a atenção para a maneira como a situação observada no Brasil está relacionada: à tendência global de precarização do trabalho (acirramento da competição que pressiona para o rebaixamento das condições de vida e trabalho); e ao tipo de inserção subordinada, ou “incorporação adversa” (Phillips, 2011), que caracteriza a integração desses países nas cadeias globais, especialmente aqueles considerados “em desenvolvimento”, em tempos de neoliberalismo.

Esse movimento, como já mencionamos, também produz transformações e reforça dinâmicas fundamentais nos crescentes fluxos de migração internacionais, que explodem como um fenômeno global. A migração e a intensificação dos fluxos migratórios, especialmente dos países do Sul para o Norte Global, mas também entre países do Sul, não são problemas “emergentes” e passageiros. Ao contrário, como aponta Basso, os fluxos migratórios principalmente originados em países periféricos estão relacionados à necessidade de emigração por um conjunto de situações que são “criadas e recriadas pelo funcionamento do sistema capitalista e que se acirram na atual fase da mundialização financeira” (Basso, 2003 *apud* Villen 2018, p. 22). Desse modo, como explica Basso, os movimentos populacionais são tanto sintomas quanto uma reação a essas dinâmicas de funcionamento do mercado de trabalho em escala global.

Contudo, para entender essa dinâmica, é necessário analisar de que maneira o processo de acumulação do capital pressupõe não apenas a exploração dessa força de trabalho mais barata e mais vulnerável. É preciso ir além e considerar como a reprodução do capitalismo depende do processo de produção e reprodução dessa mesma força de trabalho, no caso, o trabalho migrante, que hoje é fundamental em um conjunto amplo de atividades econômicas ao redor do mundo.

Nesse sentido, partimos da trilha aberta por Vogel, que tem como objetivo analisar a forma concreta e específica como, em determinado momento histórico, configura-se o processo de produção e reprodução da força de trabalho, mercadoria fundamental para a reprodução do capitalismo como um todo. Isso significa, como enfatizam Ferguson e McNally (2017, p. 32), tomar como ponto de partida a produção e reprodução diária e geracional da força de trabalho.

Na medida em que Vogel (2013, p. 188) desloca a discussão da dinâmica interna da família para a relação estrutural desta com a reprodução do capital, sua própria concepção de reprodução social contribui para a análise da opressão não apenas de gênero. Mais especificamente, ao conceber no âmbito da reprodução social que o processo de substituição e renovação da força de trabalho não está necessariamente associado apenas à procriação biológica nos contextos familiares heterossexuais, a autora chama a atenção para outros mecanismos de substituição ou renovação da força de trabalho por meio da “incorporação” de população vinda de fora – como a inserção das mulheres que estavam antes fora do mercado de trabalho; incorporação de imigrantes; e por meio do sequestro de populações escravizadas, especialmente nos contextos coloniais. Essa perspectiva abre espaço para as análises sobre qual o papel desses mecanismos e dessa força de trabalho no capitalismo atual e do próprio regime migratório como uma forma pela qual o capital regula a produção da força de trabalho (Arruzza, Bhattacharya, 2020, p. 55).

No caso do trabalho migrante, a perspectiva da Teoria da Reprodução Social tem possibilitado uma leitura que analisa como os processos de despossessão na era neoliberal associada à crescente criminalização da imigração – que levam a condições de restrição de mobilidade e acesso a direitos na condição bastante frequente de indocumentados – têm ampliado

a disponibilidade de uma força de trabalho relativamente mais barata e altamente vulnerável. Assim, a acumulação por despossessão não apenas é produtora de força de trabalho que será expropriada em condições desumanas, como expande massivamente a reserva de trabalho global, sendo mais um fator que impulsiona a precarização generalizada da classe trabalhadora (Ferguson, McNally 2014).

Nesse processo de produção e demanda contínua e inesgotável de força de trabalho de baixo custo com pouquíssimo ou nenhum direito, as políticas e legislações “restritivas, repressivas e seletivas” são fundamentais para moderar “expectativas e pretensões” dessa população, funcionando assim como “escolas de submissão” (Basso, 2013, pp. 32-33). Com isso, amplia-se o controle e os mecanismos de disciplinamento dessa força de trabalho fundamentados na produção massiva de situações “forçadamente indocumentadas” (Villen, 2016).

Esses mecanismos são cruciais e hoje generalizados como parte da dinâmica do capitalismo global em que está colocada a necessidade crescente e constante de que esses/as trabalhadores/as possam reproduzir a si mesmos/as e aos/as demais em circunstâncias capazes de reduzir os custos de sua reprodução ao mínimo possível. Com esse fim, são atualizadas e reforçadas práticas racistas e colonialistas que estruturam os regimes migratórios. Neles, alinham-se os processos de dominação e coerção orientados a suprir a demanda por uma força de trabalho relativamente cada vez mais barata. Isso ocorre seja nos processos de expulsão de populações de seus territórios, seja pela sobrevivência de formas de trabalho “não livres” (Ferguson, 2020, p. 30).

Observa-se, então, que esse problema diz respeito às raízes, e não apenas às implicações ou efeitos, dessa diferenciação nos processos de reprodução social, ou seja, na objetivação de “tipos distintos de trabalhadores” que implicam em uma diferenciação no interior da classe trabalhadora com desdobramentos significativos também nas suas possibilidades de organização coletiva. Essa distinção e hierarquização, como explica Battacharya, não são mero efeito das relações de troca no mercado de trabalho, mas têm origem no próprio processo como a força de trabalho é produzida, nível em que opera o racismo (Arruzza; Bhattacharya, 2020).

É nesse ponto, portanto, que analisar o trabalho imigrante exige ir mais fundo do que apenas situá-los como um segmento da classe marcado pelo trabalho precário e informal. A condição de “periférico na periferia”, como destaca Patricia Villen (2015), carrega uma condição de classe que também compartilha do racismo secular que estrutura o funcionamento do nosso mercado de trabalho e que se manifesta na complexidade da condição migrante. Indo além, especialmente na situação de indocumentação, materializa-se uma vulnerabilidade da qual “deriva uma maior exposição e disponibilidade (por necessidade) à exploração” (Villen, 2015, p. 255). Nesse sentido, entendemos que a condição das mulheres migrantes transnacionais trabalhadoras da costura, a partir de suas trajetórias, experiências e percepções, deve ser analisada nesse complexo que integra, no processo de produção para o capital na indústria da confecção, os processos que caracterizam a (re)produção dessa mesma força de trabalho, nos contornos particulares que adquire em cada localidade.

3. TENDÊNCIAS DA CONFECÇÃO EM SÃO PAULO E IMPORTÂNCIA DAS OFICINAS FAMILIARES

A produção brasileira no setor de vestuário, por ser voltada predominantemente para o mercado interno, pode nos dar a falsa impressão de não ter relação com a dinâmica global nesse segmento, como mencionado anteriormente. Contudo, devemos considerar, em primeiro

lugar, que, apesar de não ser um importante exportador, ou seja, independentemente do grau de integração numa cadeia global, reproduz-se internamente a mesma dinâmica produtiva marcada pela dispersão da produção em pequenas empresas subcontratadas, especialmente na costura, com forte pressão pela redução dos custos e tempos produtivos, baixos estoques, ciclos rápidos de produção e todo o conjunto de características que marcam a chamada *fast fashion* (Taplin, 2014; Anguelov, 2016). Ou seja, as transformações no modelo produtivo aproximam as características da atividade no setor da confecção nos mais diversos países periféricos.

Em segundo lugar, o Brasil participa do comércio mundial, contém grandes varejistas operando no território nacional e depende fortemente da importação de insumos para sua cadeia produtiva nacional. Isso significa que, diferentemente de países altamente integrados em cadeias globais, o Brasil apresenta outro tipo de vulnerabilidade na sua cadeia interna, ou seja, é afetado diretamente pelas variações e pelas tendências desses mercados, estando altamente sujeito aos impactos das flutuações de câmbio e das decisões estratégicas das grandes empresas. Isso leva a oscilações constantes na demanda e no valor pago por peça, especialmente na ponta da cadeia produtiva, que absorve de modo mais dramático as consequências dessa instabilidade no volume da demanda por sua produção e na remuneração.

No caso da cidade de São Paulo, essa cadeia de subcontratação vai se desenvolver inicialmente concentrada na região central, em bairros como Brás e Bom Retiro, e com ampla presença de imigrantes, especialmente de nacionalidade boliviana. Estudos, como o de Silva (2011), têm destacado que o principal fator que ajuda a entender a entrada, a permanência e a dinâmica da organização e inserção de migrantes latino-americanos no setor da confecção em São Paulo é a dinâmica do próprio setor econômico, de modo que, nos anos 1990, “podemos falar em uma afinidade entre o crescimento do mercado de trabalho informal e o crescimento das imigrações irregulares” (Silva, 2011, p. 76). Desde então, já era conhecido o fato de muitos virem com um destino de trabalho definido, com a viagem paga por seus futuros patrões nas oficinas, ou virem em busca de algum familiar que já trabalhava na costura. É importante destacar que, se nos anos 1980 e 1990, muitos desses bolivianos e bolivianas vinham para trabalhar nas confecções de coreanos, nas últimas décadas tem crescido a presença de bolivianos que passaram a criar suas próprias oficinas e empregar outros imigrantes, seja da mesma nacionalidade, seja de outros países da América Latina⁴.

Esses processos parecem ter continuidade no período recente. Em relação ao fluxo de imigração, as entidades parceiras destacaram que, com exceção de um primeiro momento da pandemia de covid-19, durante todo o restante do tempo, mesmo com a crise econômica e o fechamento de várias oficinas com várias famílias sendo colocadas nas ruas, o fluxo de migrantes não foi interrompido. Ao mesmo tempo, é evidente a existência de um grande contingente de migrantes transnacionais estabelecidos na cidade, ainda que submetidos a condições muito precárias de vida. Apesar da ausência ou da insuficiência de estatísticas relacionadas a essa população, o Consulado da Bolívia estima que podem existir em torno de 350 mil bolivianos e bolivianas apenas na cidade de São Paulo. Nesse sentido, tem-se confirmado a percepção do setor da confecção em São Paulo como um nicho econômico de trabalho de migrantes transnacionais. Essa presença tomou a forma de um arranjo produtivo específico das oficinas de confecção, em que esses trabalhadores não apenas aparecem entre aqueles mais explorados, muitas vezes vítimas do tráfico de pessoas, mas também como pequenos empresários e

⁴ Souchaud (2012, p. 77) já chamava a atenção para as disputas entre bolivianos e paraguaios nos bairros centrais de São Paulo o que apontava, naquele momento, para a consolidação de um “nichos da atividade econômica” para imigrantes de várias origens em certo segmento da indústria da confecção.

comerciantes, inclusive já consolidando organizações próprias como é o caso da Associação de Empreendedores Bolivianos (Assempbol).

As informações a respeito das 36 pessoas (entre elas, 34 mulheres) entrevistadas na pesquisa corroboram elementos já discutidos em pesquisas anteriores e algumas das percepções das organizações envolvidas com o trabalho migrante sobre a atualidade. Cabe ressaltar ser um público que já acessa instituições de apoio ao migrante, ou seja, esperava-se que a maioria já estivesse bem estabelecida no país, o que foi confirmado pelo dado de que apenas quatro estavam no Brasil há menos de um ano, enquanto 28 vivem no país há mais de 10 anos. Apenas essas quatro aguardavam o processo de regularização, enquanto todas as demais já estavam devidamente documentadas.

Ao serem questionadas sobre o motivo que levou à migração, 26 vieram em busca de trabalho – das quais 19 vieram trabalhar em oficina de costura de parente e sete tiveram a proposta de trabalho já acertada antes da viagem (não sabemos se com algum grau de parentesco com o dono da oficina). Ainda, seis vieram para se reunir à família já estabelecida no Brasil em oficina de costura. Atualmente, a maioria parece viver em condições um pouco melhores do que aquelas encontradas na chegada ao Brasil: apesar de permanecer a precariedade da vida e das condições de saúde, o trabalho “autônomo”, ou seja, não trabalhar e viver da oficina do patrão, significou para uma parte dessas migrantes uma menor exposição às violências, ao controle de ir e vir e à condição de não recebimento de salários⁵. Apesar da baixa renda, das longas jornadas e do trabalho intensivo, não estar sob o controle e a vigilância direta e permanente, somada ao processo de documentação, possibilitou algum acesso a serviços públicos e benefícios sociais, como o Bolsa Família. Também corrobora essa percepção o fato de, mesmo não tendo sido entrevistada nenhuma pessoa resgatada por meio da política nacional de combate ao trabalho escravo, 14 entrevistadas reconheceram que já foram submetidas a trabalho escravo no país⁶.

Entre as tendências observadas durante a pesquisa, a mais importantes é a intensificação da dispersão dessa cadeia de subcontratação, com a expansão para regiões mais periféricas da cidade e para outras cidades da Grande São Paulo (como Guarulhos, Itaquaquecetuba e Ferraz de Vasconcelos) e também para outros estados, como evidencia pesquisa sobre Belo Horizonte (Ribeiro, 2021). Esse deslocamento e espalhamento parecem estar relacionados tanto ao aumento do custo de vida, especialmente dos aluguéis no centro de São Paulo, como enquanto um mecanismo para evitar a fiscalização. Isso porque o fortalecimento das ações de combate ao trabalho escravo a partir de meados dos anos 2000 foi capaz de dar visibilidade à superexploração do trabalho das cadeias de subcontratação das grandes varejistas e grandes marcas. Esse processo certamente teve como reação tanto uma reorganização das oficinas, alterando o tamanho e as relações de trabalho, como ações das grandes varejistas para evitar a responsabilização por trabalho escravo nas suas redes de subcontratação por exemplo, por meio de formas de regulamentação privadas, como a certificação da Associação Brasileira do Varejo Têxtil (ABVTEX) e as auditorias por empresas/marcas.

⁵ Essa afirmação de uma condição melhorada tem como base a comparação das respostas para as perguntas dos questionários sobre (1) como foi a sua inserção no setor de costura no Brasil e (2) as respostas para as questões sobre as relações e condições atuais de trabalho combinada com a condição atual de moradia, renda e acesso a serviços públicos e um conjunto de perguntas sobre a sua trajetória no trabalho na confecção. Sobre isso, foi perguntado: (1) se já morou em oficina do patrão; (2) se já teve dívida com o empregador; (3) se já trabalhou por salário menor do que o prometido/combinado; e (4) se já teve emprego registrado. Corroboram essa avaliação os relatos pessoais das condições a que se submeteram no passado e sua visão da condição atual.

⁶ Essa informação se refere às respostas positivas para a pergunta: “em algum momento da sua trajetória de trabalho no Brasil você identifica que foi vítima de condições de trabalho análogo a escravo, ou vivenciou situações que podem ser consideradas como de trabalho escravo?”, que seguia as perguntas já mencionadas sobre a trajetória.

Em relação à organização do mercado da confecção, segundo a própria ABVTEX, a produção para essas grandes redes compreende no máximo 30% do mercado, de modo que, na cidade de São Paulo, parcela importante da produção das oficinas informais está voltada para grandes e médias varejistas locais, muitas de propriedade de coreanos, com ou sem intermediários (que são geralmente bolivianos), e uma parte menos significativa para os mercados populares, como a feirinha da madrugada. A pesquisa demonstrou que a demanda por produção para os diferentes mercados varia também de acordo com uma série de fatores, especialmente com a dinâmica econômica, de modo que as oficinas geralmente produzem para mais de uma empresa e podem mudar de contratante com frequência.

Na pesquisa, identificamos 11 pessoas que produzem sob encomenda para uma única empresa varejista; seis produzem para várias empresas/lojas diretamente; quatro também produzem sob encomenda, mas não sabem para quem produzem; e quatro produzem para um único comprador que vende os produtos na feira da madrugada. Ou seja, um total de 25 pessoas, ou 78% dos/as 32 entrevistados/as que responderam à questão, trabalham por conta própria produzindo sob encomenda, de modo que apenas 4 oficinas têm linha própria (uma vende na feirinha). Essa informação reforça a percepção geral de que a maioria das oficinas está integrada nessa extensa e dispersa rede de subcontratação na dinâmica já conhecida em que os/as trabalhadores/as recebem as encomendas principalmente por meio de intermediários indicados por amigos e familiares, que fornecem os moldes e os tecidos já cortados, a serem depois etiquetados pela marca que é a real contratante, muitas vezes com exclusividade. Como já amplamente discutido em outras pesquisas, essa estrutura, além de dificultar a fiscalização, faz com que muitas vezes as próprias trabalhadoras não saibam para quem estão produzindo e não tenham a quem recorrer quando esses intermediários, por exemplo, decidem não pagar pela produção entregue.

Essas diferenças no tipo de relação de trabalho também têm impacto sobre o grau de informalidade e as condições de trabalho. Conforme relatado pelas mulheres imigrantes em roda de conversa, nos casos em que a produção é negociada diretamente com uma empresa ou loja conhecida, o preço por peça é um pouco maior e algumas vezes é demandada a formalização como Microempreendedor Individual (MEI). Já na produção via intermediário ou repassada individualmente para o trabalho domiciliar, geralmente por parente dono de oficina, o preço é muito baixo, e os riscos de se trabalhar e não receber pela produção são maiores (76% das pessoas entrevistadas já passaram por essa experiência de não receber pela produção entregue).

Por fim, uma última e fundamental característica que gostaríamos de mencionar diz respeito à configuração atual das oficinas. Se as oficinas informais de imigrantes ficaram conhecidas a partir das fiscalizações do trabalho pelas casas de vários cômodos no centro da cidade, que abrigavam, muitas vezes, várias famílias, e em que todos trabalhavam sob o controle do dono da oficina, responsável por pagar o aluguel, a luz e por prover a comida, o processo nos últimos anos tem sido de um deslocamento para diferentes regiões mais periféricas da cidade em que pequenos núcleos familiares, principalmente casais, produzem sob encomenda, com máquinas de sua propriedade e no seu domicílio, pelo qual pagam o aluguel e outros gastos, mesmo nos casos de casas compartilhadas. Essa foi a realidade da grande maioria das pessoas que participaram das rodas de conversa e que responderam ao questionário da pesquisa.

Essa maior fragmentação e dispersão tem uma série de implicações, das quais mencionaremos apenas algumas. Se, por um lado, estão menos expostos diretamente à vigilância e ao controle pelos antigos patrões, por outro, essa configuração de maior flexibilidade amplia aspectos importantes da instabilidade e vulnerabilidade desse trabalho profundamente precário. Em primeiro lugar, essa dispersão em pequenas oficinas dificulta o mapeamento da cadeia e da

ligação entre quem de fato se beneficia do lucro com a venda das peças produzidas por essas famílias. Em segundo lugar, do ponto de vista das oficinas, essa mudança elimina as relações explícitas de assalariamento, reduz a capacidade de produção de cada oficina domiciliar e transfere para os/as trabalhadores/as a responsabilidade pelos custos da produção e da sua reprodução (que são altíssimos se considerarmos os valores crescentes dos aluguéis, da luz e da comida, além do valor das linhas e dos fios). A violência, nesse cenário, chama a atenção pelos muitos casos de assalto relatados pelas próprias migrantes e pelas instituições de apoio.

Portanto, esse arranjo coloca os/as migrantes internacionais em situação mais profunda de necessidade – que os/as pressiona a aceitar trabalho a qualquer preço –, empurrando-os para regiões mais periféricas, estando mais dispersos e com menor ou nenhuma capacidade de negociação de preços, prazos e formas de pagamento. É principalmente sobre essa configuração da produção que vamos nos deter a seguir, para explorar alguns dos nexos entre a produção dessa força de trabalho e a sua exploração.

4. OPRESSÃO DE GÊNERO E DE RAÇA NA PRODUÇÃO DE FORÇA DE TRABALHO MIGRANTE

Para compreender a experiência de vida e trabalho de migrantes bolivianos no Brasil, podemos ter como referência a discussão desenvolvida por Villen (2015, p. 254) de que a “condição de periféricos na periferia agrega a dependência absoluta do trabalho com a necessidade imediata e ininterrupta de trabalhar”. Essa dependência absoluta, para ser compreendida, precisa considerar que a particularidade dessa força de trabalho “tende a se revelar na combinação de aspectos ligados à própria condição de migrante internacional (linguística, cultural, de direitos, em alguns casos da falta de apoio de familiares ou redes sociais do Brasil)” (Villen, 2015, p. 255). Esse é um ponto de partida fundamental para compreendermos as bases da exploração dessa força de trabalho e suas origens.

As mulheres que participaram da pesquisa, na sua maioria, vieram para o Brasil, sozinhas ou acompanhadas, em busca de trabalho, mas também algumas fugindo da violência doméstica vivida em seu país de origem. A maioria quase absoluta trabalha, com seus parceiros ou sozinhas, produzindo peças vendidas para intermediários ou lojas, e falam pouco o português. Pela configuração do trabalho, que as mantém a maior parte do tempo no domicílio, a falta de rede de apoio e a barreira linguística, tornam-se mais vulneráveis à exploração e a todo tipo de abuso. Além disso, essa condição restringe o acesso à informação e suas possibilidades de conhecer e buscar seus direitos.

A vida dessas mulheres é inteiramente consumida pelo trabalho. Ao descrever sua rotina diária, uma parte das entrevistadas diferenciou o tempo dedicado à costura do destinado ao trabalho doméstico. Quando considerado o trabalho doméstico somado ao tempo de trabalho na costura, descrito por menos da metade das entrevistadas, a jornada média sobe de 11,7 para 12,7 horas/dia. Aos sábados, a maioria trabalha meio período na costura e depois faz o trabalho doméstico. Os domingos estão reservados principalmente para o trabalho doméstico, no caso das entrevistadas que vivem com seus parceiros. Para as mães solo, o trabalho é mais intenso e implica trabalhar todos os dias, até mais tarde ou durante toda a noite, quando têm encomendas para fazer. Contudo, o que chama a atenção é que não existe tempo de não trabalho para a maioria. Se, para muitos homens, o domingo é um dia importante de socialização, especialmente de jogar futebol, essa não é a realidade para a maioria das mulheres. Dentre as 24 pessoas para quem foi perguntado sobre a quantidade de tempo livre na semana e sobre o que faziam nesse

tempo livre, 14 disseram não ter nenhum tempo livre e quatro disseram cuidar da casa durante esse período que responderam na pergunta anterior como seu “tempo livre”.

Essa rotina, em que evidentemente as mulheres absorvem praticamente todo o cuidado da casa e dos filhos, é agravada pela dificuldade de acesso a direitos e serviços públicos. Nesse campo, há inúmeras barreiras. A primeira, e uma das mais graves, é a língua, já que as impede de acessar informações e conhecer seus direitos. A segunda é da própria documentação. Isso porque, superada a situação experimentada pela maioria na vinda para o Brasil, refém de coerção e ameaça pela situação indocumentada, essas trabalhadoras são muitas vezes vítimas da burocracia que dificulta os agendamentos, não presta auxílio e nem dá informação, sofrem com as altas taxas cobradas, as extorsões de intermediários nos processos conhecidos de tráfico de pessoas e os maus tratos (geralmente de cunho racista) que são vivenciados no atendimento em diferentes serviços⁷.

O acesso aos serviços públicos também é dificultado em outros campos, como na educação, saúde e assistência social. Para além das políticas de austeridade, precarização, sucateamento e desmonte das políticas públicas das últimas décadas de neoliberalismo, que atinge o conjunto da população que vive no Brasil, as famílias de migrantes, quando conseguem superar algumas barreiras da língua e do acesso à informação, sofrem absurdamente com a negação de direitos e diferentes formas de discriminação. Uma das motivações que levaram à criação da Amilv, de acordo com uma de suas fundadoras, foi a dificuldade que muitas mães encontravam para conseguir o acesso à escola pra seus filhos ou à saúde, em que eram exigidos um conjunto de documentos, inclusive de regularização migratória, mesmo que legalmente não fossem obrigatórios.

Apenas para ilustrar, trago o relato da presidenta da Amilv, em fala no painel sobre gênero e trabalho da Conferência do Projeto Latwork de novembro de 2023, no qual contou que num dos postos de saúde da região central da cidade, em determinado momento, foi colocada uma placa do lado de fora solicitando que as pessoas bolivianas deveriam tomar banho antes de ir às consultas. Ela relatou também, como a própria filha adolescente sofreu com uma professora que insistia em dizer que ela não sabia falar direito o português, humilhando-a na frente dos colegas. Isso tem levado à morte de mulheres que, pelo medo diante de experiências anteriores de maus tratos e humilhações, evitam procurar ajuda no sistema de saúde. Também é grave a situação de adolescentes, em que há muitos casos de depressão e automutilação.

O fato de serem migrantes transnacionais também dificulta a possibilidade de alugarem imóveis para morar, e quando conseguem, geralmente são cobrados valores mais altos. A própria recusa de atendimento ou a exigência de documento brasileiro (que por lei não deve ser requisitado) no acesso à saúde e educação cria uma situação de precariedade estrutural em que, mesmo o direito formal limitado que possuem lhes é constantemente negado. Durante a pandemia, muitas mulheres não puderam receber o auxílio emergencial porque não tinham documento e não podiam tirar o documento, já que o serviço da polícia estava com agendamentos fechados. Com isso, ocorre uma maior sobrecarga e uma contenção e piora das condições de reprodução interiorizadas no espaço doméstico, o que reforça essa necessidade absoluta de

⁷ Não existe, no Brasil, um serviço de imigração público específico para garantir o direito migratório, apesar de o direito estar assegurado, no caso de bolivianos, pelo Decreto n. 6.975 de 2009. Essa é uma das limitações práticas que se sustentam pela permanência do paradigma da segurança nacional que ainda rege, de conjunto, a política migratória brasileira. Para uma resumida, mas consistente discussão sobre isso, ver: <https://observatoriodamigracao.wordpress.com/2012/04/02/qual-a-politica-migratoria-do-brasil/>, último acesso em 25 de fevereiro de 2023.

trabalho que pressiona especialmente essas mulheres a aceitarem quaisquer condições para garantir sua sobrevivência.

Outro elemento fundamental que conforma essa força de trabalho está na opressão de gênero que se manifesta nas mais diversas dimensões. Uma primeira é a própria estruturação das relações de trabalho no setor. São os homens que negociam e recebem o pagamento, mesmo quando o casal trabalha por conta própria. As mulheres que, além de responsabilizadas pelo trabalho doméstico, trabalham intensamente na costura, geralmente tem que pedir aos seus parceiros a cada coisa que queiram comprar. Muitas não sabem para quem produzem e nem quanto é pago pelas peças. Essas e outras formas de violência patrimonial também são constantemente agravadas pela violência física e psicológica, que buscam manter essas mulheres trabalhando gratuitamente na costura e no trabalho doméstico.

Para as mães solo que conseguem sair de situações de violência e lutar para manter a propriedade sobre a máquina de costura, essa configuração piora as suas condições de negociação, já que geralmente vão precisar trabalhar para outro homem que é quem, de fato, fará a negociação de uma encomenda de maior porte e repassará a elas uma parte pequena, com preços ainda mais baixos.

Infelizmente, essa realidade parece ter se constituído como estrutural na dinâmica do trabalho migrante no segmento de costura, e, ao que parece, essa tendência deve se manter, ainda mais pelo contexto de crise em que nos encontramos. De acordo com os dados do portal da migração sobre o perfil das pessoas bolivianas que tem buscado o registro na polícia federal para residência na cidade de São Paulo, desde o aumento de registros ocorrido em 2009, tem havido uma tendência de crescimento do número de mulheres, que passaram a se manter próximas dos 50% das solicitações. Também tem se confirmado uma tendência maior a presença de jovens: se antes a maioria dos registros era de pessoas na faixa de 25 a 40 anos, desde 2010 pelo menos, cerca de 30% são de pessoas entre 15 e 25 anos e, na sua maioria absoluta, solteiras (o que também inverte uma tendência anterior de uma maioria de casados/as)⁸.

Diante desse cenário, a perspectiva dessas trabalhadoras migrantes transnacionais tem sido superar essa fragmentação se fortalecendo por meio da construção de redes de apoio, por exemplo, por meio da associação (AMILV) e construindo pontes com outras organizações brasileiras que estejam dispostas a “olhar para além das fronteiras”, como sempre diz uma das lideranças da Amilv. Do ponto de vista da perspectiva individual, muitas almejam condições de sair da costura para outras formas de inserção para si mesmas ou, ao menos, para seus filhos. Se a imensa maioria veio ao Brasil com o objetivo de juntar dinheiro e retornar à Bolívia, hoje, com filhos e netos no Brasil, já estabelecidas, muitas renunciaram a seu projeto de vida anterior e desejam, sobretudo, conseguir uma moradia própria.

Ao mesmo tempo, a sua inserção laboral é ainda uma forte barreira para melhorar suas condições de vida. Na impossibilidade de encontrar trabalho fora da costura, ainda não se observam ações e estratégias no sentido de pressionar por melhores condições de negociação dos preços pagos por peça produzida, fonte de renda dessas famílias. Infelizmente, não parece haver iniciativas, nesse sentido, articuladas com outras organizações tradicionais da classe trabalhadora, como os sindicatos, que se restringem à atuação definida por lei de representação apenas de trabalhadores formais.

⁸ Esses dados disponibilizados pelo Sistema de Registro Nacional Migratório (Sismigra), por se referirem apenas aos migrantes que solicitam registro, tratam de uma população muito pequena em relação ao universo de indocumentados sobre os quais não há informações disponíveis e nem mesmo estimativas precisas de seu número; contudo, acreditamos que ela pode nos ajudar a construir hipóteses sobre as tendências para o conjunto desse grupo. A percepção das organizações entrevistadas também corrobora as tendências observadas nos dados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa de campo evidenciam que as mudanças em curso no setor da confecção em São Paulo, no sentido de uma maior fragmentação e dispersão da cadeia de subcontratação, têm se consolidado, primeiramente, como uma alternativa de evitar a fiscalização do trabalho e a responsabilização pelo trabalho análogo ao escravo. Em segundo lugar, diante do aumento dos custos de vida na cidade, essa configuração sustentada em relações de trabalho supostamente “por conta própria” permitem a redução dos custos com a reprodução social e a externalização dos custos de produção em comparação com as relações de trabalho assalariadas.

Diante disso, podemos dizer que a disponibilidade dessa força de trabalho migrante a ser explorada se sustenta a partir do trabalho reprodutivo gratuito das mulheres no espaço “doméstico”, que busca suprir inclusive a ausência do acesso a serviços básicos por parte do Estado, que é vivida de forma mais dramática por migrantes transnacionais. Ao mesmo tempo, o trabalho produtivo das mulheres na costura é tornado mais barato por sua relação subordinada em relação a seus parceiros ou intermediários/compradores, colocando as mães solo nas situações de maior instabilidade e vulnerabilidade, na ponta extrema da cadeia produtiva.

Essas características, cabe ressaltar, marcam o trabalho de forma geral de migrantes na costura em São Paulo, mesmo quando eles/as conseguem se comunicar bem, já estão documentados, são qualificados e conseguem acessar instituições e serviços brasileiros, ou seja, trata-se de um problema estrutural do setor e que é constitutivo das condições de competitividade que fazem da costura um nicho quase intransponível para o trabalho migrante. Alguma mobilidade possível, especialmente para os homens, parece se fazer apenas no interior desse mesmo setor e com base nessas mesmas relações degradantes de trabalho. A persistência dessas condições se sustenta também no racismo e na xenofobia. Se as diferenças de gênero e raça já tem sido historicamente, no capitalismo, fatores de hierarquização da classe trabalhadora, a condição de migrantes transnacionais agrava a situação quando sistematicamente são bode expiatório de discursos que os responsabilizam pelas mazelas sociais, como o desemprego, a pobreza e até o aumento da criminalidade, especialmente em tempos de crise.

Buscamos evidenciar, neste artigo, de que maneira o momento atual do capitalismo e a configuração específica que tem tomado a produção nas oficinas de costura produz e reproduz essas situações de extrema vulnerabilidade social e de necessidade absoluta de trabalho, ancorada principalmente na negação do acesso a direitos e serviços públicos e pela divisão sexual e racial do trabalho que toma forma no domicílio (que é também local de trabalho). Com isso, nosso intuito foi mobilizar elementos para analisar de que modo as opressões de gênero e raça são fundamentais para a produção e reprodução dessa força de trabalho paradigmática da “flexibilidade” do trabalho e superexplorada, em um segmento produtivo que é a base de uma das indústrias mais globalizadas do capitalismo contemporâneo.

A partir dessa experiência, buscamos ressaltar a importância de olharmos com mais atenção para como as opressões de gênero e raça operam na produção de uma força de trabalho em condição de absoluta necessidade, desumanizada e, por isso, também descartável. Desse modo, moldam as relações de trabalho criando constantemente novas configurações que permitem rebaixar ainda mais as condições de trabalho e vida. Ignorar essas relações ou tomar como efeito processos que são estruturais serve apenas para reforçar as fronteiras que hoje dividem a “classe-que-vive-do-trabalho”.

Ao contrário dos discursos hegemônicos, nosso esforço é situar o trabalho escravo contemporâneo em relação ao movimento mais amplo de informalização do trabalho, que caminha em convergência com alguns dos traços característicos que estão na raiz do que

Ludmila Abilio denomina como “uberização” do trabalho (Abílio, 2020, 2021). Compreende, assim, aspectos do trabalho *just in time*, transformando todo o tempo de trabalhadores a serviço da acumulação de capital e o autogerenciamento subordinado, com a transferência dos custos e riscos do trabalho para os/as trabalhadores/as, típicos das relações de trabalho disfarçadas em modalidades de trabalho por conta própria. Nesse tipo de relação, apesar da aparente e limitada autonomia, predomina a ausência total de direitos e de condições de negociação e de controle sobre o tempo de trabalho e sobre a remuneração. Ao mesmo tempo, esses processos comuns tomam configurações particulares para uma força de trabalho racializada e cuja separação espacial entre produção e reprodução não existe, com sérias implicações em termos de opressão de gênero. Considerar essa “unidade no diverso” é fundamental para a efetividade de estratégias e políticas voltadas à superação da exploração do trabalho migrante.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, Ludmila. C. Uberização: A era do trabalhador just-in-time? **Estudos Avancados**, v. 34, n. 98, p. 111–126, 2020.
- . Empreendedorismo, autogerenciamento subordinado ou viração? Uberização e o trabalhador just-in-time na periferia. **Contemporânea – revista de sociologia da UFSCar**, v. 11, n. 3, p. 933–955, 2021.
- ANNER, Mark. Squeezing workers’ rights in global supply chains: purchasing practices in the Bangladesh garment export sector in comparative perspective. **Review of International Political Economy**, v. 27, n. 2, p. 320–347, 2020.
- ANGUELOV, Nicolay. **The Dirty Side of the Garment Industry: Fast Fashion and Its Negative Impact on Environment and Society**. Boca Raton: CRC Press, 2016.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. Teoría de La Reproducción Social. Elementos Fundamentales Para Un Feminismo Marxista. **Archivos de Historia Del Movimiento Obrero y La Izquierda**, no. 16, 2020, p. 37–69.
- BASSO, Pietro. Imigração na Europa. Características e perspectivas. In: ANTUNES, Ricardo (org.) **Riqueza a miséria do trabalho no Brasil II**. Boitempo Editorial, 2013.
- CÔRTEZ, Tiago Rangel. **Os migrantes da Costura em São Paulo: retalhos de trabalho, cidade e Estado**. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade de São Paulo, 2013.
- FERGUSON, Susan. Las Visiones Del Trabajo En La Teoría Feminista. **Archivos de Historia Del Movimiento Obrero y La Izquierda**, no. 16, 2020, p. 17–36.
- FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. “Precarious Migrants: Gender, Race and the Social Reproduction of a Global Working Class.” In: PANITCH, L; ALBO, G. **Transforming Classes: Socialist Register 2015**, New York: NYU Press, 2014, p.1–23.
- . “Capital, Força de Trabalho e Relações de Gênero.” **Revista Outubro** 29: 23–59, 2017.
- FREITAS, Patricia. Tavares de. **Imigração e experiência social: o circuito de subcontratação transnacional de força de trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo**. Dissertação [Mestrado em Sociologia], Universidade Estadual de Campinas, 2009.
- GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel. **Commodity Chains and Global Capitalism**. Westport: Greenwood Press, 1994.

LEMOS, Patrícia R. “**Custo baixo todo dia**”: redes globais de produção e regime de trabalho no Walmart Brasil. Campinas, SP: Tese de doutorado do Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, 2019.

LEMOS, Patrícia R.; CASTRO, Mariana P. de. Costurando gênero: processo de trabalho na indústria brasileira do vestuário. **Argumentum**, Vitória, nº14(1), 2022.

MEZZADRI, Alessandra. **The Sweatshop Regime**: lauboring bodies, exploitation and garments Made in China. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

PHILLIPS, Nicola. Informality, Global Production Networks and the Dynamics of ‘Adverse Incorporation’. **Global Networks**, nº11, v. 3, 2011 380–97. <https://doi.org/10.1111/j.1471-0374.2011.00331.x>.

ROSEN, Ellen. **Making sweatshop**: the globalization of the U.S. apparel industry. Berkeley, Los Angeles, Londres, University of California Press, 2002.

RIBEIRO, Juliana Carvalho. **Migrações Bolivianas**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2021.

ROSS, Robert J.S. **Slaves to fashion**: poverty and abuse in the new sweatshops. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2004.

SILVA, Carlos F. “Caminhos cruzados: migrantes bolivianos e o trabalho informal na indústria de confecções em São Paulo”. In: CABANES et al.(org). **Saídas de emergência**. São Paulo: Boitempo, 2011.

SOUCHAUD, Sylvain. A confecção: nicho étnico ou nicho econômico para a imigração latino-americana em São Paulo. In: **Imigração boliviana**. Campinas: NEPO, Unicamp/Fapesp, 2012.

TAPLIN, Ian M. Who Is to Blame? A Re-Examination of Fast Fashion after the 2013 Factory Disaster in Bangladesh. **Critical Perspectives on International Business**, nº 10, v. 1, 2014, p. 72–83. <https://doi.org/10.1108/cpoib-09-2013-0035>.

VILLEN, Patricia. O estigma da ameaça ao emprego pelos periféricos da periferia: crise e imigração no Brasil. **Revista Rua**, Campinas, nº21, v.2, novembro de 2015, p. 247-264.

_____. Fronteiras porosas e a explosão da mobilidade indocumentada. **Argumentum**, Vitória, v.8, nº3, set./dez. 2016.

_____. **(In)visíveis globais**: migração e trabalho no Brasil. São Paulo: Alameda, 2018.

VOGEL, Lise. **Marxism and the Oppression of Women**: Toward a Unitary Theory. Liden/Boston: Brill, 2013.

Recebido em: 11/03/2024

Aceito para publicação em: 23/09/2024